



## INTERPELAÇÃO ORAL

Na opinião de peritos e académicos, o Governo conseguiu dar cumprimento ao acórdão, mediante a utilização de dezenas de milhões do erário público para promover o acordo entre os anteneiros e a TV Cabo Macau, só que dois terços dos canais foram eliminados da televisão e, em consequência, a sociedade ficou bastante insatisfeita. Esta questão surgiu devido essencialmente à atitude passiva do respectivo dirigente. O então dirigente já foi transferido para outro cargo, só que o problema continua por resolver. Quanto ao futuro planeamento do mercado televisivo, o Governo afirmou que ia tentar realizar a devida consulta pública neste ano, só que até ao momento não foi divulgado nenhum plano em concreto, por isso, a sociedade está bastante preocupada.

A controvérsia entre os anteneiros e a TV Cabo Macau durou muitos anos e acabou por ser resolvida através da intervenção do Governo, mas, em resultado, os residentes viram retirado o seu direito de "ver televisão". O contrato de exploração exclusiva vai terminar em Abril do próximo ano e os serviços competentes esclareceram que iam liberalizar o mercado. A sociedade espera, após a reorganização, poder usufruir de uma transmissão estável e de serviços com boa qualidade e a preços razoáveis, e ver o seu direito ao acesso à informação salvaguardado. Os serviços competentes afirmaram recentemente que estavam a realizar estudos sobre os futuros planos sobre a matéria e o método de organização dos trabalhos, para tentar



(Tradução.)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

auscultar as opiniões da sociedade, só que isto não passa de "palavras apregoadas" e os cidadãos continuam "sem conseguir ver televisão". Restam dois meses para terminar este ano. Se descontarmos os feriados, resta apenas pouco mais de um mês. Os serviços competentes vão conseguir divulgar em tempo oportuno o plano para a consulta pública? Restam seis meses para liberalizar o mercado em questão, só que, para proceder à liberalização, há que passar pelas fases de auscultação, estudo, análise, concurso público, entre outras. Os serviços competentes vão conseguir, ou não, honrar a promessa na data prevista? A situação não é para optimismos.

Com vista à abertura do mercado televisivo sob a liderança do Governo, a sociedade solicita que o Governo aproveite o tempo que ainda falta para implementar uma consulta pública ampla, nomeadamente, sobre o modo de funcionamento deste mercado, os canais abrangidos e o valor cobrado pelos canais televisivos de sinal aberto, e é ainda necessário definir claramente um calendário e os trabalhos para a fase de implementação.

Assim, interpelo oralmente sobre o seguinte:

1. Os serviços competentes afirmaram recentemente que estavam a realizar estudos sobre os futuros planos sobre a matéria e o método de organização dos trabalhos, para tentar auscultar as opiniões da sociedade, contudo, restam apenas dois meses para terminar este ano e, se descontarmos os feriados, resta apenas pouco mais de um mês. Pelo exposto,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

os serviços competentes vão conseguir divulgar e finalizar em tempo oportuno o plano para a consulta pública?

2. Ainda antes da consulta pública, vai o Governo recolher as opiniões da população e analisar quais os programas de informação mais necessários para os residentes? Pode dar a conhecer os resultados?

3. Actualmente, a população sente que viu retirado o seu direito de "ver televisão". Pelo exposto, quando é que esta situação vai ser resolvida? Mais, aquando do concurso público para o referido contrato de prestação de serviços, vai o Governo estipular rigidamente no contrato que o grau de resolução da imagem seja claro, garantir um número mínimo de canais e que os programas que os residentes necessitam em concreto não possam ser eliminados sem nenhuma razão?

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Mak Soi Kun

30 de Outubro de 2013